



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

169  
CPL

Nome / Razão Social

LAR SAO VICENTE DE PAULO CNPJ: 76135540000144

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

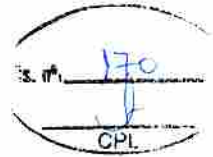
A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CW4XTHF44CO5ESX1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.  
<https://www.bandeirantes.pr.gov.br>

Bandeirantes (PR), 31 de Julho de 2023



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 76.135.540/0001-44

**Razão Social:** LAR SAO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES

**Endereço:** AV EDELINA M RANDO 2525 / VILA SAO VICENTE / BANDEIRANTES / PR /  
86360-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

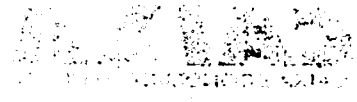
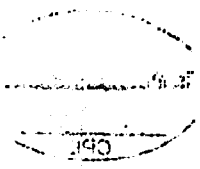
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 24/07/2023 a 22/08/2023

**Certificação Número:** 2023072406393330125913

Informação obtida em 02/08/2023 15:07:39

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



### Certificado de Regularidade de IPTU - CIRI

**Endereço:** AV. BELFRA, 1000 - JARDIM BELFRA, SÃO PAULO - SP  
**Razão Social:** RUA VITÓRIA REGINA DE S. CARLOS - SP  
**Inscrição:** 20118-00000000

A Caixa Econômica Federal, no ato da liberação dos JRS tomados em 17 de maio de 1998, verificou que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não constitui garantia contra cobrança de quaisquer débitos relativos a contribuições e/ou encargos devidos de terceiros das empresas com o FGTS.

Validade: 24/07/2003 a 23/07/2003

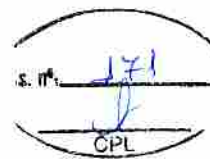
Certificação Número: 2030678400300012001

Informação obtida em 02/07/2003 13:02:33

A liberação desta certificação está de acordo com os procedimentos em vigor. A liberação é condicionada à verificação de regularidade no site da Caixa. [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



## Tribunal de Contas do Estado do Paraná



## Certidão Liberatória

LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES

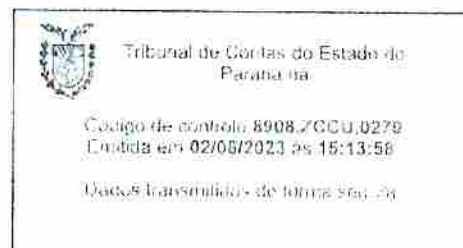
CNPJ Nº: 76.135.540/0001-44

FINALIDADE DA CERTIDÃO: RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS, MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, CONTRATO DE GESTÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE

É CERTIFICADO, NA FORMA DO ART. 95, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 113, DE 15/12/2005, E DOS ARTS. 289 E SEQUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS, QUE O LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS.

VALIDADE: CERTIDÃO VALIDA ATÉ O DIA 01/10/2023, MEDIANTE AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET EM [WWW.TCE.PR.GOV.BR](http://WWW.TCE.PR.GOV.BR).

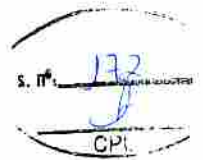
CERTIDÃO EXPEDIDA COM BASE NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 60/2012.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Tribunal Superior do Trabalho

Processo nº 00000000000000000000



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LAR SAO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 76.135.540/0001-44

Certidão nº: 24543982/2023

Expedição: 02/06/2023, às 16:26:21

Validade: 29/11/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LAR SAO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **76.135.540/0001-44**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis de Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

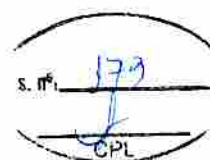
### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público de Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: LAR SAO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES  
CNPJ: 76.135.540/0001-44

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

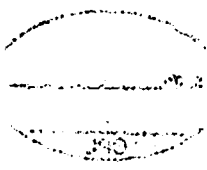
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:18:51 do dia 02/08/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/01/2024

Código de controle da certidão: **CDC7.9BBE.F41C.F3FC**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E A DIVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

Homem: FARIAS VICENTE DE PAULO DE BANDAERANTES  
CPF: 16.188.880-14

Resolução é emitida em favor do contribuinte em virtude de não constar em qualquer dos sistemas de consulta de débitos tributários federais, estaduais e municipais, mantidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRF), e respectivas autarquias (ARF), e em relação a quaisquer tributos federais, estaduais e municipais, mantidos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é emitida para fins de comprovação de regularidade tributária e não serve para fins de garantia de crédito. O contribuinte deve manter-se atualizado quanto ao pagamento de seus tributos e demais obrigações fiscais. A validade desta certidão é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de emissão.

A validade desta certidão é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de emissão. A validade desta certidão é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de emissão.

Esta certidão é emitida em favor do contribuinte em virtude de não constar em qualquer dos sistemas de consulta de débitos tributários federais, estaduais e municipais, mantidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRF), e respectivas autarquias (ARF), e em relação a quaisquer tributos federais, estaduais e municipais, mantidos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).